

Os 75 anos da Sociedade Civil Escola Paulista de Medicina

Como um grupo de 31 médicos e dois engenheiros criou uma sociedade civil que deu origem a uma das mais conceituadas universidades brasileiras e à maior empresa de serviços de saúde do país? Para entender essa história é preciso voltar aos anos 20 e 30 do século passado. São Paulo havia sido derrotado na Revolução de 32, o Código Eleitoral em vigor era desfavorável à representação paulista no cenário nacional, as condições de saneamento básico e saúde eram ruins e, acima de tudo, faltavam hospitais. Essa a principal motivação que levou o grupo a criar um hospital-escola que propiciasse, além do ensino e do atendimento, a pesquisa científica. À frente do grupo, estava o médico Octávio de Carvalho, formado pela Faculdade de Medicina do Distrito Federal (à época, o Rio de Janeiro). Filho de senador da República, tinha livre trânsito na esfera federal de poder. Isso foi de especial importância ao longo do tempo em que Carvalho esteve à frente das decisões da EPM. À elite paulista também agradava a ideia de uma escola privada de Medicina. O poeta Guilherme de Almeida, o modernista Paulo Prado e figuras da sociedade como Olívia Guédes Penteado e o empresário napolitano Francisco Matarazzo, que começava a construir o seu império, eram alguns dos que apoiaram a iniciativa de criar a primeira escola de ensino superior de caráter privado do Brasil.

O grupo liderado por Octávio de Carvalho passou a se reunir ora no prédio onde mantinha seu consultório ora no Parque Trianon. Numa dessas reuniões ficou decidido que a Escola Paulista de Medicina seria criada. Mas havia o problema do dinheiro. Sem financiamento público nem privado, os fundadores tiveram que desembolsar cada um a soma de cinco contos de réis dividida em uma parcela de quinhentos mil-réis no ato, uma de igual valor trinta dias depois e quatro parcelas anuais de um conto de



ARQUIVO HISTÓRICO DO CEHF-UNIFESP

réis com vencimento no mês de março dos anos seguintes até 1937. Foi decidido que a mensalidade a ser paga pelos alunos seria de 240 mil-réis, o equivalente a R\$ 520 atuais.

A sociedade civil sem fins lucrativos Escola Paulista de Medicina foi registrada em cartório no dia 26 de junho de 1933 e o curso iniciado oficialmente, com um discurso de Octávio de Carvalho, em 15 de julho do mesmo ano, numa [casa alugada na rua Cel. Oscar Porto](#).

Um ano depois de fundada, a Escola Paulista de Medicina já sentia necessidade de crescer. A casa ficou pequena e Octávio de Carvalho colocou mais uma vez a sua habilidade política a serviço da Escola. Conseguiu junto ao seu amigo Samuel Ribeiro, presidente da Caixa Econômica Federal em São Paulo um empréstimo de 450 contos de réis – três vezes o investimento inicial – com prazo de pagamento de quinze anos. Com o dinheiro foi comprada a Chácara Schiffini que ocupava o quadrilátero formado pelas atuais ruas Botucatu, Borges Lagoa, Pedro de Toledo e Napoleão de Barros. Na escolha pelo imóvel pesou um forte argumento: o proprietário anterior, o médico Joaquim Basí-

Em 21 de janeiro de 1956,
a Escola Paulista de Medicina
foi federalizada.
O Hospital São Paulo, porém,
permaneceu sob o controle
da sociedade civil Escola
Paulista de Medicina que, em
1960, mudou o nome para
Sociedade Paulista para o
Desenvolvimento da Medicina

lio Pennino pretendia fazer dele um hospital dedicado a crianças deficientes, portanto parte do que precisaria ser adaptado para ser usado por um hospital-escola já estava pronto. O memorial descritivo do imóvel informa “[...] a) casa de moradia com dois pavimentos, b) prédio de hospital infantil, construção moderna apropriada para o hospital em dois pavimentos, tendo o primeiro pavimento, salão para os seguintes fins: ginástica médica, ducha, clínica cirúrgica, esterilizações, lavatórios... ambulatório cirúrgico e clínico, raio-x, enfermarias... e o segundo pavimento, salas para diretoria e reuniões, sala de banho, [...] e demais dependências tais como puxado para despensa e almoxarife, laboratório, lavanderia, garagem, casa de guarda e jardineiro, uma piscina de cimento armado...”. Mesmo assim foi necessária ainda a construção de laboratórios e salas de aula.

Outra fonte de renda da Escola eram as amostras de café que, entre 1934 e 1946, a Escola recebia do Departamento Nacional de Café. Vendidas em favor da Escola, pagavam parte das suas despesas.

O compromisso com a criação de um hospital-escola, construído especificamente para o ensino da Medicina, existia desde as primeiras conversas sobre o que viria a ser a EPM. Em 30 de setembro de 1936, o lançamento da pedra fundamental do Hospital São Paulo contou com a presença dos mais conceituados médicos, professores e políticos da época. Sem dúvida, prova do prestígio que a Escola Paulista de Medicina já havia conquistado desde a fundação apenas três anos antes. Dois momentos marcaram o evento. Num discurso inspirado, Octávio de Carvalho elogiava os paulistas com as seguintes palavras: “Tudo aqui é São Paulo. Paulistas são os fundadores desta casa. Paulista foi o espírito amplamente elevado de sua organização, pela escolha dos valores componentes do seu corpo de professores, entre as mais significativas figuras do País”. **As palavras proferidas pelo imortal Guilherme de Almeida são até hoje citadas como uma espécie de lema da Escola:** “De armas vencidas e almas vencedoras, mal saía São Paulo de um desastre heróico que o de-

veria abater se fosse fraco, mas que só o exaltou porque é forte, já na sua terra – terra ainda morna dos corpos que se esfriaram sobre ela, beijando-a – lançava-se há pouco mais de três anos uma semente milagrosa; a da Escola Paulista de Medicina [...]”. Vários segmentos da sociedade paulistana se envolveram na causa.

Acusado de abuso de poder, Octávio de Carvalho tentou, sem sucesso, demitir-se do cargo em várias oportunidades. Os sucessivos pedidos de demissão, eram sistematicamente recusados pela Congregação. Mas para o descontentamento dos alunos e de parte dos professores, em março de 1938, a demissão é votada e aceita. Octávio de Carvalho sai do centro das decisões mas se mantém como professor da Escola até se aposentar em 1963. Entre os seus legados, está também a Escola de Enfermagem criada em março de 1939. Anexa ao Hospital São Paulo, a escola era dirigida por freiras da Ordem das Franciscanas Missionárias de Maria. No ano seguinte, são inaugurados os primeiros cinco andares do Hospital São Paulo. Nos três anos anteriores, o Hospital funcionou no Pavilhão Maria Thereza, demolido para a construção do prédio onde hoje fica a Reitoria. Maria Thereza Nogueira de Azevedo era uma senhora da sociedade paulistana que havia amealhado duzentos contos de réis com a intenção de construir um hospital para crianças. Ela já havia escolhido até o nome: Piratininga. Octávio de Carvalho e membros do Conselho da EPM a convenceram que eles tinham o experiência médica e ela, o dinheiro necessário. Os argumentos a fizeram doar o dinheiro para que o edifício residencial da Chácara Schiffini fosse adaptado para abrigar um hospital. Nascia em 1937, o Pavilhão Maria Thereza Azevedo com cem leitos, uma sede provisória do futuro Hospital São Paulo.

Durante a Segunda Guerra (1939-1945), as finanças da Escola tornam-se precárias. As mensalidades não faziam frente às despesas, sobretudo as do Hospital. Algumas soluções foram tentadas como, por exemplo, a destinação de 28 leitos para pensionistas do Instituto de Aposentadorias de São Paulo. As amostras de café, mesmo irregulares, continuaram a ser uma fonte de recursos para a Escola e o Hospital até 1946. No período pós-guerra, a situação só piorou: a Caixa Econômica Federal passou a restringir a liberação de créditos e, com a criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Bird (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento), as linhas internacionais de crédito

ARQUIVO HISTÓRICO DO CEHH-UNIFESP



passaram a ser feitas por inversão de crédito privado e não mais pelos governos. O resultado disso foi uma perda significativa na capacidade de financiamentos públicos. Em 1949, o deputado Horácio Lafer apresentou um projeto de lei prevendo o perdão da dívida da EPM com a Caixa Econômica Federal. A Câmara dos Deputados aprovou e o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, assinou o perdão da dívida da Escola. Mas as atividades da Escola permaneciam deficitárias. A situação financeira era tão grave que houve quem propusesse a doação pura e simples de tudo para o governo federal ou mesmo o fechamento da Escola. É nessa época que começa a nascer o debate da federalização como solução para a Escola.

Em 21 de janeiro de 1956, durante o breve mandato de Nereu Ramos na presidência da República, a Escola Paulista de Medicina foi federalizada. **O Hospital São Paulo** porém permaneceu sob o controle da sociedade civil Escola Paulista de Medicina que, em 1960, mudou o nome para Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM).

A década de 60 foi especialmente conturbada para todo o País e também para a Escola Paulista de Medicina. Em dezembro de 1960, num dos últimos atos de governo, o presidente Juscelino Kubistchek criou, por meio da lei 3.835, a Universidade Federal de São Paulo com sede em São Carlos, no interior do Estado. Além da EPM, outros quatro estabelecimentos de ensino superior a compunham. A medida precisava de legislação complementar e ficou adormecida. Três anos mais tarde, o presidente João Goulart retomou o projeto e chegou a criar o Conselho Consultivo para a implantação da UFSP. Com o golpe de 64, a ideia voltou para a gaveta e a EPM foi transformada em estabelecimento isolado de ensino superior de natureza autárquica. Mas o episódio da UFSP deixou marcas e dividiu o corpo docente da Escola. A ditadura mexeu profundamente com a vida do País e com a da EPM. Alguns professores atuaram e outros foram vítimas de Inquéritos Policiais Militares (IPMs). O professor Marcos Lindenberg, então diretor da Escola, foi aposentado compulsoriamente sob a acusação de subversão. Há quem acredite que o fato de ter apoiado a criação da UFSP teria sido a causa do seu afastamento. Membros da ala conservadora dos docentes da Escola teriam sugerido em seus depoimentos ligações entre Lindenberg e a esquerda brasileira, fato que jamais foi confirmado.

Apesar do episódio Marcos Lindenberg e de alguns IPMs, a década de 1960 foi para a EPM muito ativa: foi criado o curso de biomedicina, entre outros, e consolidada a pós-graduação (mestrado e doutorado).

Em 1966, o sistema de saúde do País sofreu uma grande modificação com a criação do INPS (Instituto Nacional de Previdên-



cia Social) que reuniu todos os institutos de aposentadoria e pensões existentes à época. Foi substituído pelo Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) pelo regime militar em 1974. A Constituição Federal de 1988 criou o Sistema Único de Saúde (SUS), que se propõe a dar atendimento público de saúde a toda a população brasileira. O Hospital São Paulo atende desde então quase que exclusivamente pacientes do SUS. "Os procedimentos são sempre maiores do que é remunerado. No HSP, são dezesseis mil pacientes por dia, mais de três mil internações por mês e um movimento ambulatorial enorme", informa Carlos Alberto Garcia Oliva, diretor financeiro da SPDM.

No final de 1994, a Escola Paulista de Medicina passou a ser Universidade Federal de São Paulo. Durante quase dez anos a Unifesp foi uma universidade temática voltada para a saúde. Em 2005, começa o processo de expansão com a criação do *campus* da Unifesp Baixada Santista. Os cursos oferecidos são os de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional.

Dois anos mais tarde são instalados mais três novos *campi*: Guarulhos com ênfase em Humanas em cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História e Pedagogia. Em Diadema, na área de Biológicas, com cursos de Ciências Biológicas, Engenharia Química, Farmácia-Bioquímica e Química e São José dos Campos com bacharelado em Ciências da Computação.

Se a Unifesp expandia, a SPDM seguia o mesmo caminho. Além do Hospital São Paulo, passou em 1994 a gerenciar o Hospital Municipal Vereador José Storopolli, chamado de Hospital Vila Maria. Inaugurado quatro anos antes, mantinha o centro-cirúr-

gico e a unidade de terapia intensiva desativados. Recuperado, o Vila Maria é voltado para uma medicina generalista, que cuida de doenças menos complexas do que o HSP. É mais um espaço de ensino para os alunos da Unifesp e uma opção de qualidade na zona norte de São Paulo, antes carente de bons serviços de saúde. No Vila Maria, não há residentes e o interno passa a ter aprendizado ainda mais eficiente.

Afiliação à SPDM em 1999, o Hospital Geral de Pirajussara atende uma população de quase meio milhão de pessoas nos municípios de Embu e Taboão da Serra, na Grande São Paulo, sendo referência na região em obstetrícia e pediatria. Em Mogi das Cruzes, a Unifesp afiliou o Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo que faz atendimentos em cardiologia, nefrologia, oftalmologia, ginecologia, reumatologia, oncologia e dermatologia. Atende também à população da região do Alto Tietê formada pelos municípios de Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Biritiba Mirim, Salesópolis e Guararema. Ao todo, a **SPDM administra hoje onze hospitais** em diversos municípios do Estado de São Paulo.

A SPDM e a Unifesp têm implantado o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família por meio de convênios com vários municípios do Estado.

PSF, como é chamado, foi criado pelo Governo Federal em 1994 com o objetivo principal de dar, às famílias de baixa renda, serviços de saúde e melhor qualidade de vida. O trabalho é baseado em ações de prevenção, educativas e de recuperação dos cidadãos, de forma integral e contínua. O atendimento é prestado na unidade básica de saúde ou no domicílio, por profissionais (médicos, enfermeiros, cirurgiões dentistas, auxiliares de enfermagem, auxiliares de consultório dental, técnicos em higiene dental e agentes comunitários de saúde), que compõem as equipes de Saúde da Família. Os resultados têm sido a redução da mortalidade infantil, das mortes de crianças por doenças de cura simples e conhecida e diminuição das filas em hospitais públicos. A partir de junho de 2001, o PSF vem sendo cumprido em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo. Abrangendo as Coordenadorias de Saúde das Subprefeituras do Ipiranga, Jabaquara, Penha, Perus, Pirituba, Vila Maria/Vila Guilherme, Vila Mariana, Vila Prudente/Sapopemba, Moóca e Sé, oferecendo serviços de atenção básica à saúde a mais de cem mil famílias, através da atuação de 119 Equipes de Saúde de Família e catorze Equipes de Saúde Bucal.

SPDM/Unifesp tem hoje 197 equipes no município de São Paulo. Cada equipe é formada por um médico, uma enfermeira, dois auxiliares de enfermagem e seis agentes comunitários. Em todo o Estado, 950 equipes do PSF atendem 3 milhões e 800 mil munícipes, ou seja, um terço da população da cidade de São Paulo. A SPDM contrata os recursos humanos e os administra. A



Sede administrativa da SPDM, Vila Clementino, São Paulo

Unifesp tem a responsabilidade técnico-científica ao promover cursos de capacitação.

Outro programa do qual participam a SPDM e a Unifesp é o AMA, Assistência Médica Ambulatorial. São Paulo tem cerca de quinhentas UBSS ou, unidades básicas de saúde. Cada AMA reúne quatro ou cinco UBSS, que fazem parte de serviços médicos de demanda espontânea. O caminho a seguir pelo paciente começa pela UBS, unidade básica de saúde. Em 85% dos casos a solução é encontrada. Caso contrário, ele é encaminhado para um ambulatório de Especialidades. Se for o caso, vai para o Hospital para ter a doença, específica, tratada. O degrau acima é o da Alta Complexidade, exercido por hospitais como Hospital São Paulo, Santa Marcelina, Santa Casa e Hospital das Clínicas de São Paulo.

Desde a federalização da Escola Paulista de Medicina até a promulgação do novo Código Civil brasileiro em 2002, o diretor da Escola Paulista de Medicina, ou posteriormente o reitor da Unifesp, exercia automaticamente o cargo de presidente da SPDM. Com o novo Código, ele teria que ser necessariamente eleito mas ainda assim continuava a possibilidade de acúmulo de cargos pela mesma pessoa. O estatuto em vigor hoje – aprovado em fevereiro de 2008 – prevê que o reitor da Unifesp ocupe automaticamente o cargo de presidente do Conselho Consultivo da SPDM e a este é conseqüentemente vedada a possibilidade de candidatura a presidência da Instituição.

Diante da enorme complexidade que as duas instituições adquiriram nos últimos dez anos, Unifesp e SPDM devem rediscutir suas estruturas – e a relação entre si – para continuarem crescendo e se desenvolvendo harmonicamente. **Fp**



EXPEDIENTE

Ação Fap é uma publicação da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo. **Presidente:** Durval Rosa Borges **Vice-Presidente:** Clovis Ryuichi Nakaie **Diretor Administrativo:** Roberto Augusto de Carvalho Campos **Diretor de Ensino:** Benjamin Israel Kopelman **Diretor de Pesquisa:** Manoel João Batista Castello Girão **Editor:** Ricardo Gomes (Mtb 17.118) **Edição de Arte:** Fabio Kato **Tiragem:** 7.500 exemplares **Impressão e acabamento:** People **Fap-Unifesp** Rua Dr. Diogo de Faria, 1087, 8º andar, cj. 801, CEP 04037-003, Vila Clementino, São Paulo - SP **Tel:** (11) 3369-4000 **Atendimento:** sac@fapunifesp.edu.br

IMPRESSÃO

PEOPLE
O SEU PROVEDOR DE SOLUÇÕES GRÁFICAS

www.peoplecopy.com
55 11 5543-1100